

5.

Aqui se faz, aqui se fala: arquivos, fontes orais e a noção de documento em História

Letícia Nedel

Um dos méritos que se costuma atribuir aos livros de história é o de proporcionar ao leitor uma experiência de estranhamento em relação ao que por excesso de familiaridade parecia preso à ordem inescapável da natureza. Nessa capacidade de descentramento em relação às convenções culturais do presente reside a dimensão poética, por assim dizer, do texto historiográfico. Enquanto na poesia a ruptura com os automatismos da linguagem se dá pelo manejo criativo das imanências próprias ao vocabulário de que nos servimos habitualmente, ao historiador essa experiência de desnaturalização se apresenta, no mais das vezes, mediada pelo contato com as fontes. Não parece injustificado a esse respeito, que a consulta aos arquivos seja tantas vezes descrita sob a metáfora da viagem, com todos os desconcertos e descobertas que a experiência de deslocamento cultural comporta. Como notou Arlette Farge (2009, p. 11), quem trabalha com arquivos “se surpreende muitas vezes falando dessa viagem em termos de mergulho, de imersão e até de afogamento”, como nos é sugerido pela noção mesma de “fundo” arquivístico e o costume de medir esses fundos em metros.

A comparação com a viagem faz lembrar dos sentidos diferenciais atribuídos aos documentos preservados dentro dos sistemas de poder e de conhecimento em que são ativados para fins de representação do passado. Ora na condição de prova, ora na condição de fonte, as funções atribuídas aos documentos dentro da lógica de cada sistema têm servido para delinear os limites (cada vez mais permeáveis) que distinguem verdades históricas, sempre plurais e inacabadas, de verdades jurídicas, normativas e discricionárias. Enquanto aos operadores do direito os documentos servem para aferir e imputar responsabilidades, para resolver conflitos por meio de decisões fundamentadas em argumentos e provas, o estatuto probatório dos documentos, atributo ligado à sua instrumentalidade e necessário às práticas judiciárias é garantido por um conjunto de princípios e procedimentos formulados no interior da disciplina arquivística. Nesse domínio vale o pressuposto de que os registros, sendo subproduto da ação que os originou, devem ter essas funções originais identificadas e o seu valor referencial estabilizado pelo emprego de fórmulas, sinais padronizados e outros dispositivos redutores de ambiguidade, os quais reforçam, junto com o potencial probatório dos documentos, a tradicional predominância da escrita nos arquivos (Camargo, 2009, p. 428).

Já entre as disciplinas voltadas à explicação de fenômenos sociais, como é o caso da História, documento é sinônimo de fonte primária, e “fonte” equivale a qualquer vestígio portador de informações úteis à formulação de hipóteses de pesquisa. Submetida ao primado das perguntas dirigidas pelo pesquisador ao passado, o valor referencial dos documentos depende, aqui, de uma série de procedimentos que começam pela montagem de um corpus documental segundo critérios de pertinência próprios ao objeto e aos modelos de análise mobilizados na sua compreensão. Dessa forma, a noção de documento em História transcende os registros arquivados. Potencialmente ela abarca, além de uma diversidade ilimitada de suportes (para além daqueles já diversos, passíveis de ser encontrados nos arquivos), registros produzidos em interação direta do pesquisador com pessoas que participaram dos processos em análise. É o caso das entrevistas de história

oral¹, que muitas vezes se mantêm em posse dos entrevistadores sem nunca ingressar nas instituições de guarda.

Por fim, entre os que buscam explicação para as condutas humanas, a questão da contextualidade dos documentos, essencial ao método funcional de organização dos arquivos, agrega outros sentidos. Na perspectiva historiográfica, documentos nada têm de “natural”, no sentido de terem sido acumulados como meio e registro das funções que desempenharam. São geralmente apreendidos como “monumentos”, heranças materiais cuja existência é condicionada por estruturas de poder e estratégias de perpetuação. (Le Goff, 1990, p. 470). Pode-se inferir daí, que, enquanto a arquivologia compreende os arquivos como um fim, pesquisadores da história, operadores do direito e outros usuários dos arquivos os compreendem como um meio. Ainda assim, para além das diferenças de abordagem, resta o consenso de que tanto nas universidades, como nas instituições de guarda e nos tribunais, documentos de arquivo são interpretados em razão de sua reconhecida capacidade de remissão às circunstâncias históricas do tempo em que foram produzidos. A ligação física dos suportes com o tempo, além de conferir materialidade ao passado, permite aos intérpretes emprestar plausibilidade às suas alegações.

Com o intuito de ampliar a reflexão sobre os enquadramentos metodológicos e discursivos inerentes à produção das fontes de pesquisa, este capítulo discute as posições respectivas de arquivos e documentos orais na tradição disciplinar da História. Dentro dos seus limites necessariamente sumários, incentiva a nossa “desfamiliarização” com as práticas de representação do passado² implicadas nas atividades de cunho historiográfico, recuperando a historicidade do arsenal metodológico da disciplina através do papel que os documentos consultados e produzidos pelos pesquisadores desempenham como mediadores da memória cultural.³

Desde recentemente, os usos e representações associadas aos arquivos passaram a ser alvo de um esforço reflexivo da História e de outras especialidades interessadas em explorar a historicidade de seus objetos e fontes de pesquisa. Esse movimento, que Eric Ketelaar (2019) chamou de “virada arquivística” nas humanidades, além de promover

¹ Diferente de documento sonoro, equivalente a qualquer tipo de gravação sonora, “documento oral” compreende registros sonoros de palavras ditas por pessoas. Por oralidade entende-se, em consonância com Queralt (2004, p. 78-9), o modo de transmissão no tempo, de feitos e dados recolhidos pela memória de pessoas, em íntima relação com suas próprias trajetórias existenciais. Para fins de classificação arquivística, o mais importante na definição dos documentos orais não é a voz humana como transmissor da memória, mas sim que esta transmissão se faça em época posterior aos acontecimentos mencionados no relato.

² Neste caso, em consonância com Roger Chartier (1990, p. 23), à “representação” devem-se atribuir três sentidos simultâneos: um primeiro, inspirado nas críticas de Durkheim e Mauss às filosofias apriorista e empirista da consciência, de esquemas partilhados de percepção e de juízo herdados, que corresponderiam à própria incorporação da estrutura social nos indivíduos; um segundo sentido, que diz respeito à construção dinâmica dos significados e corresponde ao processo de luta pela imposição das identidades sociais: “as práticas que visam fazer reconhecer (...) maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”; por último, o sentido mais cênico da palavra, que tem a ver com a “apresentação” da identidade social – “as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”.

³ A memória é uma construção discursiva que se configura de maneira particular em diferentes contextos, o que justifica a escolha do termo “memória cultural”. Astrid Erll (2012, p. 6), utiliza um conceito amplo de memória coletiva, entendido como uma metáfora que recobre todos “os processos de tipo orgânico, midiático e institucional, cujo significado responde ao modo como o passado e o presente se influem reciprocamente em contextos socioculturais”. Entendo que para os fins deste capítulo, essa elaboração é suficiente.

uma troca muito mais intensa entre historiadores e arquivistas do que até então havia ocorrido, contribuiu para renovar as bases teóricas da própria arquivologia, introduzindo na produção acadêmica da área questões que desestabilizaram a noção de “prova” documental. Tais questões dizem respeito ao poder mediador que os arquivistas e as instituições de guarda exercem sobre a memória, ao realizarem as atividades de seleção, classificação e arranjo dos fundos (Schwartz; Cook, 2004; Heymann, 2012).

Inquirindo os arquivos não mais como repositórios transparentes do passado, mas como instituições com o poder de produzi-lo, de acordo com regras e valores dos contextos culturais nos quais estão inseridos, o conjunto de novas abordagens provindas das ciências sociais, da História, da filosofia e das correntes “pós-moderna” e “crítica” da arquivologia tornou possível observar os acervos documentais de um ângulo processual, como vetores de relações sociais. Se até então prevalecia a perspectiva extrativista, para a qual importava a coleta e guarda dos documentos, com essa nova concepção foi possível questionar as estruturas subjacentes aos arquivos, seus enquadramentos metodológicos e “narrativas tácitas” (Ketelaar, 2001; Stoler, 2002; Heymann, 2012). Nesta perspectiva, ganhou destaque o campo de forças que atua sobre a circulação social dos conjuntos, entendidos como construções dinâmicas e multiformes, sempre disponíveis às apropriações táticas de seus agenciadores.

Com efeito, a eficácia simbólica dos artefatos preservados constitui uma das razões pelas quais a presença dos arquivos na vida social tem sido fortemente ampliada, diversificando-se, na mesma proporção, a paisagem arquivística, com a incorporação de novas categorias de arquivo. Foi o caso dos arquivos de indivíduos, há cerca de meio século, e na última década tem sido o caso dos arquivos comunitários, feministas e outros, frutos da mobilização de grupos conscientes da importância estratégica dos documentos para o fortalecimento de suas identidades e projetos. Em uma conjuntura marcada por um forte apetite pelo passado, na qual a memória é muitas vezes brandida como um antídoto à repetição de erros, tragédias e violações, arquivos vem sendo acionados não só para o exercício de direitos e prerrogativas tradicionalmente reconhecidos por lei, mas também visando à garantia de “novos” direitos – os chamados “direitos difusos”, como os direitos à verdade, à memória e à expressão de identidades coletivas, reivindicados no contexto da emergência, entre os anos de 1970 e 1990, das culturas do ativismo pelos direitos humanos em escala transnacional. Daí encontrarmos, hoje, espaços consagrados aos arquivos não apenas nas instituições de guarda, nos tribunais e nas organizações, onde os conjuntos adquirem feições padronizadas e são alvo de enquadramentos técnicos, mas também nos movimentos sociais, que os reclamam para fins emancipatórios, no mercado de arte, onde se exploram suas ambivalentes relações com o lixo e o que é silenciado; nas mídias eletrônicas, onde são compartilhados em escala global. Em cada um desses espaços, os limites ontológicos dos arquivos são testados por novos formatos e direcionamentos. Mais do que nunca, vale a advertência feita pela historiadora francesa, de que a definição arquivística de fundo -

os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Lei n. 8.159/1991, art. 2)

– não esgota o seu significado cultural. (Farge, 2009, p. 12)

O artifício adotado neste texto, de aproximar uma abordagem metodológica das fontes com outra, ocupada das relações que a História e suas metodologias mantêm com os processos de “enquadramento” do passado (Pollak, 1989), busca justamente chamar a

atenção para esse fenômeno de diversificação e disseminação dos arquivos, em torno dos quais se desenvolveram novas abordagens, mas também novos cultos (Artières, 2005, p. 5; Heymann, 2012, p. 19). Neste sentido, o capítulo aponta duas possibilidades de análise eventualmente proveitosas aos que se dedicam a pensar sobre o assunto. Por um lado, a possibilidade de recuperar a trajetória da pesquisa *sobre* arquivos e *com* fontes orais, propondo um debate que permaneceu em aberto tanto na produção dos que ajudaram a ampliar as potencialidades da crítica documental, ao defender o potencial heurístico da história oral, quanto nas investigações sobre as interferências reconfiguradoras dos arquivos. A segunda possibilidade é a de articular essa reflexão de cunho teórico-metodológico com outra, mais urgente e menos abstrata, que tem em vista o reposicionamento social da História, à medida que avançam os usos contestatórios da memória dentro das lutas identitárias. Essa segunda via, atenta à centralidade exercida pelos acervos documentais nas práticas disseminadas de militância memorial, alimenta-se da convicção de que as transformações que vem tensionando as formas epistemologicamente hegemônicas de apreensão dos documentos, embora remetam aos avanços teóricos da disciplina e, conseqüentemente, à ampliação do repertório de fontes e objetos de conhecimento, não se limitam a eles. Articuladas a outras transformações abrangentes, elas vêm reconfigurando o modo como as sociedades lidam com suas respectivas histórias, especialmente aquelas marcadas por processos de violência política.

A memória hoje: novos tempos, outras vozes

Nos últimos 50 anos, o lugar atribuído à memória na cultura dos países ocidentais deslocou-se do registro das comemorações nacionais para o direito à dignidade humana. Com a crise de legitimidade das metanarrativas, contrapõem-se hoje, “à síntese abstrata de uma história em particular as muitas memórias diferentes e parcialmente conflitantes que tornam efetivo seu direito de reconhecimento na sociedade” (Assmann, 2011, p. 20). Ao passo que se instala, dentro e fora das universidades, o tempo da desconfiança em relação a cânones historiográficos, a monumentos públicos e a dispositivos institucionais de armazenamento, o debate aberto sobre os compromissos éticos da História para com as demandas memoriais de uma diversidade de atores políticos mantém-se aceso. Nesse novo padrão de relacionamento com o vivido, em que a figura moral da vítima reivindica, com seu testemunho, o protagonismo da narrativa e as políticas de reparação pela memória passam a operar numa escala global (Rouso, 2014), ressurge, sob nova roupagem, a antiga questão sobre o que fazer do passado. Talvez começando pelo que não fazer, como contraponto às soluções amnésicas anteriores valorizamos de tal forma a lembrança que nos defrontamos agora com as visões conflitantes dos que sustentam a promessa do “nunca mais”, cumprindo os “deveres” da sociedade para com a memória de passados sensíveis, e os que denunciam os “excessos” e “abusos” da própria memória, defendendo o “direito ao esquecimento”. (Todorov 1998; Gensburger; Lavabre, 2005; Ricoeur, 2007; Assmann, 2012). Não se trata, como se vê, de uma mudança apenas conjuntural nos modos de “fazer História”; é a nossa abordagem do passado que se torna mais complexa.

Vale lembrar que, no âmbito dos “memory studies”⁴, História e memória já não são mais consideradas rivais; são, cada vez mais, aceitas como modos complementares

⁴ Depois do chamado *boom* dos estudos de memória nos anos 1980, tentativas de institucionalização da memória como um campo autônomo de pesquisas remontam a meados dos anos 2000. Em janeiro de 2008 teve início a publicação pelas edições da Sage de uma revista intitulada *Memory Studies*, que tem por objetivo integrar a produção disseminada, descentralizada e interdisciplinar desses estudos. Antes disso, a

de reconstrução e de relação das sociedades com as respectivas experiências. As controvérsias sobre os status de uma e outra são, aliás, uma evidência concreta dessa nova interação. No que concerne aos arquivos, tal interação carrega consigo um duplo movimento:

De um lado, cada grupo minoritário interessado no recolhimento e na preservação de sua memória teria começado a investir na criação de seu próprio espaço de arquivamento; de outro, os arquivos, mesmo os já existentes, estariam se tornando objeto de interesse mais disseminado e atraindo públicos distintos dos tradicionais especialistas. (Heymann, 2012, p. 19)

No contexto atual das políticas de gestão de passados violentos, o imperativo imprescritível de reparação às vítimas da história tem se valido dos arquivos para novos fins, para além daqueles previstos pelos tradicionais usuários e gestores. Na verdade, atualmente uma plêiade de apropriações agem retroativamente sobre o significado cultural dos acervos, e esse processo não se restringe aos acervos arquivísticos, mas encontra eco no aparecimento de novas tipologias museais, como os museus-memoriais (Sodaro, 2018), de novas correntes de pensamento na museologia, como as museologias social (Chagas; Gouveia, 2014), crítica (Karp et al., 2006) e a museologia pós-crítica (Dewdney; Dibosa; Walsh, 2013; Honorato, 2019) e novas formas de ativismo memorial, como o movimento Justicia Museal⁵ e os antimonumentos, só para citar dois exemplos.

Derivada de uma discussão que colocou em cheque a ideia de verdade ao ressaltar o poder legitimador dos arquivos e das instituições, a própria conjuntura atual de diversificação e politização dos gestos de arquivamento, no âmbito dos processos de transmissão da memória cultural, expressa o esgotamento dos esquemas binários por meio dos quais se pensavam as relações entre fontes orais e documentos arquivados – quase sempre associados a documentos escritos. Diante do reconhecimento de que nada é neutro no mundo dos arquivos já não é mais possível sustentar, por exemplo, as antigas reservas quanto à “baixa confiabilidade” das fontes orais para informar o conhecimento factual da história, falha atribuída a seus traiçoeiros enlaces com a memória.

Vale a pena então avançar na discussão recuperando as experimentações que lançaram sobre os arquivos questionamentos críticos cuja consequência foi a de complexificar a relação dos pesquisadores com as fontes de pesquisa. O ponto central que desejo destacar é a sincronia verificada entre o processo de desconstrução dos arquivos,

revista franco-belga *Conserveries Mémoires*, criada em 2006, procurava cumprir os mesmos objetivos. Além de conferências anuais realizadas pela New School for Social Sciences para intercâmbio dos pesquisadores e as publicações periódicas mencionadas, as editoras Palgrave Macmillan e Routledge mantêm coleções específicas – *Memory Studies* e *Memory and Narrative*. Para um apanhado crítico das iniciativas de disciplinarização dos estudos, baseadas numa concepção temática da memória, ver Gensburger (2011).

⁵ “Movimiento Justicia Museal” é um projeto de ação artística, ou “ativismo”, criado pela educadora de museus Johanna Palmeyro, uma das coordenadoras da Área de museologia e Comunidades do Museu Casa de Ricardo Rojas, de Buenos Aires. Motivado pela baixa representatividade social dos museus, que segundo pesquisa de 2017 são frequentados por apenas 12,5% da população argentina, o projeto inclui, entre suas palavras de ordem, a frase cunhada pela artista visual Dora García, “Los museos son para todos, pero solo una élite lo sabe”. Com inspiração na pedagogia crítica de Paulo Freire, o objetivo do projeto proposto por Johanna é repensar – e remover – as barreiras sociais, físicas e simbólicas que impedem a diversificação de públicos dos museus. Por meio de intervenções no espaço urbano e de projetos com grupos parceiros, procura desmistificar o conceito de museu como um espaço de aprendizagem, incorporando à sua política institucional as bagagens de diferentes públicos potenciais e introduzindo, desse modo, saberes informais tradicionalmente invisibilizados. Ver: <www.cultura.gov.ar/movimiento-justicia-museal-un-proyecto-artivista-9668>. Acesso em: 25 set. 2023.

de uma parte, e de outra o de consolidação da história oral como uma metodologia útil à análise da história, especialmente da história do tempo presente, que implica pensar sobre a presença performativa do passado no contemporâneo. No dizer de Alessandro Portelli,

a fronteira móvel e esquiva entre a História [tradicionalmente associada aos arquivos] e as histórias [narradas em entrevistas] é uma das relações que torna a história oral significativa. Em última instância, a história oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro. (2016, p. 16)

Ainda que esse impacto da história sobre indivíduos também possa ser verificado em documentos arquivados, ao tomar as sobredeterminações mútuas entre as diferentes formas de representação do passado como objeto de análise, os trabalhos que se utilizaram da história oral conseguiram vencer resistências ao emprego de uma ferramenta útil à elucidação dos fenômenos societários. Ao fazê-lo, atualizaram a reflexão sobre o estatuto epistemológico dos documentos, ampliando os tempos da História e sua relação com as demandas sociais (Ferreira, 2018), estabelecendo, dessa forma, as condições necessárias (embora não suficientes) para uma crítica consequente dos arquivos.

Arquivos *versus* fontes orais: caminhos cruzados

A memória é uma representação do passado, enquanto a História é o estudo do passado e de suas representações no presente (Assmann, 2011, p. 32-3). Mesmo que os arquivos não tenham vindo ao mundo para atender às necessidades dos historiadores, e sim dos atores históricos, a sentença de que a História só se faz com documentos adquiriu um valor permanente entre seus praticantes. Não há história sem fontes, assim como não há história sem erudição, disseram os fundadores da “Escola Metódica”, Langlois e Seignobos. Talvez a erudição já não goze do mesmo prestígio, mas, onde quer que se labore profissionalmente o conhecimento sobre o passado as fontes permanecem como pilares epistemológicos que sustentam a autoridade das interpretações. Se, como já advertiram tantos autores, os documentos não falam por si nem escrevem História, são eles, com seu poder de comunicar outros tempos, que em todas as etapas da “operação historiográfica” (Certeau, 1982), tomam o lugar de referente real do discurso. No entanto, como sabemos, o valor referencial dos documentos não é dado a priori, precisa ser construído, e tanto os parâmetros de construção dos objetos de análise quanto o que se entende por documento foram radicalmente alterados ao longo dos últimos 150 anos.

Diferente do que acontecia no tempo de Heródoto, quando numa sociedade iletrada os instrumentos de conhecimento eram a observação direta e a escuta de testemunhos, ao final do século XIX, quando o letramento ainda era signo de distinção social, intelectuais republicanos elaboraram na França os princípios do que ficaria conhecido como “método histórico”, baseando-se, para isso na consulta a documentos escritos. Para aqueles especialistas versados em filologia, paleografia e diplomática, na maioria estudiosos da antiguidade e da idade média, os pilares da neutralidade científica (utópica) que defendiam eram de um lado, a visão retrospectiva dos fenômenos e, de outro, a vinculação do conceito de verdade à prova documental. Enquanto “documental” restringia-se a não mais do que uma parte do que se guardava nos arquivos, a história contemporânea era impensável como ciência⁶ (Ferreira, 2002, p. 316). Nesse quadro,

⁶ O que evidentemente não os impedia de se ocuparem da história contemporânea como parte de sua ação política. Sobre as motivações políticas da interdição da história recente e do uso de testemunhos diretos no contexto de institucionalização da História na França dos anos 1870, ver Ferreira (2002).

parece natural que manuscritos fossem, para eles, ao mesmo tempo um instrumento de trabalho e um meio de autolegitimação.

Hoje o cenário é completamente diverso. A História há tempos perdeu sua função totalizante, deixou de tentar fornecer um sentido para o devir e renunciou à formulação de leis. Ela se tornou, como pretendeu Certeau (1982), um espaço de experimentação crítica do contemporâneo. Para isso, complexificou sua relação com o tempo, firmou novas alianças, incluiu outras cronologias no seu repertório de interesses e, em consonância com as narrativas sobre o passado e seus agenciadores, expandiu os suportes e os sentidos compreendidos na noção de documento.

Ao passo que na historiografia a história oral consolidou-se como uma “arte da escuta”⁷ empenhada em captar a contribuição singular e insubstituível dos relatos individuais para o conhecimento do passado (na medida em que oferecem as visões sociologicamente localizadas dos acontecimentos históricos), os arquivos foram submetidos ao olhar que desvia o foco do conteúdo dos documentos para, buscando o entorno, questionar os limites da sua propalada objetividade (Ketelaar, 2001). Mais do que o resto passivo de uma acumulação, eles passaram a ser vistos como resultado de investimentos sociais na produção de memórias, legados e identidades (Heymann, 2012). Daí pode-se depreender que cada documento é, em si, uma representação – e nisso não difere das narrativas orais, que são também construções mediadoras mutáveis, condicionadas pelo sistema (de crenças, valores e epistemes) dos seus enunciadores.

Falando assim, tem-se a impressão de que chegamos a um “final pacífico” da nossa histórica relação com as fontes, mas o processo de refinamento da crítica, além de recente, esteve sujeito a recuos, estagnações e controvérsias. Se é verdade que os documentos são continuamente recriados, e cada utilização age retrospectivamente sobre todos os empregos precedentes, de modo a não mais nos apropriamos deles como nossos predecessores (Ketelaar, 2001), também é verdade que a historiografia só começou a se emancipar do culto aos documentos escritos um século depois da sua institucionalização.

A mudança, como é comum acontecer, tinha tanto de histórica quanto de historiográfica. Um primeiro estímulo veio da necessidade ética e terapêutica, apontada por psicanalistas e filósofos dos anos 1960, de retomar o passado então recente e ainda vivo do Holocausto (Pollak, 1989; Assmann, 2011, p. 60-1; Rousso, 2014). Destarte, em outros países da Europa, movimentos ligados à juventude contribuíram para semear o compromisso com projetos de histórias alternativas, baseadas em fontes também heterodoxas. O historiador social britânico Paul Thompson foi um dos pesquisadores que acalentaram esse projeto de “transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da História”.⁸ Ainda no Reino Unido constitui-se, em 1966, o movimento dos historiadores

⁷ A expressão “arte da escuta”, empregada por Alessandro Portelli, define as bases da história oral no seguinte conjunto de relações: 1) relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo); 2) a relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória); 3) a relação entre a esfera pública e a privada, entre autobiografia e história – entre, digamos a História e as histórias; 4) a relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador (Portelli, 2016, p. 12).

⁸ Em 1971 Paul Thompson criou uma associação de história oral e a revista *Oral History*. Posteriormente, sua pesquisa sobre “Vida familiar e experiência profissional antes de 1918” resultou em diversos livros. Entre eles, o clássico *The Voice of the Past*, publicado pela Oxford University Press em 1978, que inspirou o título de outro clássico, *Ces voix qui nous viennent du passé*, saído em 1983, sobre as memórias dos Camisards estudadas por Philippe Joutard na França.

Workshop⁹, que se apoiou sobre a história oral para promover o que hoje chamaríamos de história pública, ou seja, interpretações produzidas para circular amplamente, elaboradas por arquivistas, sindicalistas e historiadores com a finalidade de realizar o projeto benjaminiano de uma história a contrapelo. Depois disso, o material gerado pelo estudo da história do tempo presente, beneficiária das técnicas de registro, passou a integrar o acervo de bibliotecas, arquivos e centros de documentação. Metodologias inspiradas nos trabalhos de campo alimentaram, então, um conjunto de reflexões historiográficas relativas ao acesso a esses documentos, às relações dialógicas entre seus produtores, às relações entre memória social e memória individual, além das correlações entre as narrativas e as trajetórias sociais dos narradores (Pollak, 1992; Ferreira; Amado, 2006; Alberti, 2004; Portelli, 2016).

Assim, diferente dos Estados Unidos, onde a história oral inicia com investimentos em história das elites e análises de processos decisórios, o movimento na Europa acompanha a passagem de passados violentos, do subterrâneo das memórias transmitidas oralmente em direção à esfera pública. Ao serem mediatizados, os depoimentos sobre os regimes de força das décadas anteriores tornaram-se um fator de discussão permanente. Nesse contexto, a atenção voltada à questão do “testemunho” e sua relação com a verdade, aliada aos diversos deslocamentos metodológicos propostos ou operados pela história cultural e a micro-história na reavaliação das margens de atuação dos atores históricos fomentaram o estreitamento de laços daquelas correntes com a história política, agora renovada pela dimensão do simbólico e da memória cultural.

Sujeito a recuos e hesitações, no Brasil as reflexões de cunho teórico-metodológico sobre a história oral permaneceram em estado embrionário por cerca de 20 anos, entre as primeiras iniciativas, ainda no auge da ditadura militar, no início dos anos 1970, e a criação da Associação Brasileira de História Oral, em 1994, com a publicação de uma revista (inicialmente de um Boletim) e a realização de congressos regulares, também nos anos 1990 (Ferreira; Amado, 2006; Gomes, 2014). Embora a história oral, enquanto metodologia de pesquisa, só tenha se consolidado nos anos 2000, já desde a década de 1990 era marcada pelas críticas lançadas pela história cultural e a micro-história às metanarrativas e aos universais.

A metáfora foucaultiana do arquivo nas viradas reflexivas da Antropologia e da Arquivologia

Paralelamente às revisões de métodos e objetos dentro da disciplina, as quais levaram a noção de memória a ocupar o lugar de “categoria-chave da história cultural” (Confino *apud* Assmann, 2006, p. 263), os antropólogos vinham retornando aos arquivos coloniais, e por via deles revisaram a história de sua própria área no que ficou conhecido como giro histórico da antropologia. Essa virada autorreflexiva esteve diretamente relacionada à recepção da metáfora foucaultiana “do” Arquivo. Distante da imagem tradicional da instituição “guardião da memória”, o arquivo concebido por Foucault assume um sentido metafórico: ele corresponde ao sistema de relações que rege a dizibilidade dos enunciados, entendidos como eventos singulares dentro do quadro de análise de sistemas discursivos (Foucault, 2008). Abordagens extra-arquivísticas, inspiradas por essa metáfora, passaram a se valer do conceito para o estudo de determinados fenômenos culturais tal qual arquivos. Nota-se, neste caso, que enquanto os

⁹ Para uma crítica dos trabalhos produzidos pelo grupo sob a perspectiva das histórias de vida, ver Bourdieu (2006).

historiadores, já àquela altura "cegos de tanto ler", descobriam o potencial das narrativas orais, a comunidade de antropólogos, habituada à realização de entrevistas, estendia a noção de campo etnográfico à pesquisa documental. Como disse Ann Laura Stoler, os arquivos não se limitam a monumentos de Estado; são também lugares onde se procede a uma "etnografia do Estado". Longe de rejeitá-los como fontes de conhecimento, esses investimentos tornaram possível um contato mais consequente com as fontes, permitindo ver o quanto elas próprias eram portadoras de noções discordantes sobre a autoridade colonial (Stoler, 2002, p. 90-1; Ketelaar, 2018, p. 196).

O conceito elaborado por Michel Foucault em *Arqueologia do Saber*, obra editada ainda em 1969, mostra que os arquivos não passaram incólumes aos efeitos da virada linguística nas humanidades. Em se tratando de uma categoria recriada a partir de formulações críticas à ideia de verdade, ela despertou o interesse dos filósofos – em particular, aqueles que exerceram a profissão de historiador ou manifestaram curiosidade em relação ao que fazem os historiadores. É o caso de Paul Ricoeur (2007), como foi, antes dele, de Michel Foucault, Michel de Certeau (1982) e Jacques Derrida (2001). Este último, evoca inclusive, alguns fatores que levaram à associação até hoje vigente entre arquivos e documentos escritos, sobretudo escritos investidos de poder. Tais razões remetem à gênese da disciplina História e, mais remotamente, à das práticas de registro.

Sob esse aspecto, é significativo que nas funções reservadas à escrita nas sociedades de memória predominantemente oral, como eram as sociedades antigas, se ateste o vínculo ancestral do registro escrito com os atos de governo. Já se adivinha nesses antecedentes a autoridade arcôntica de que nos fala Derrida, quando resgata a memória do nome grego *arkhê* contida na etimologia de arquivo. O arquivo procede do *arkheion* grego: um lugar: uma casa, um domicílio, a residência dos comandantes – os *arcontes*, magistrados a quem se reconhecia o poder de representar, de interpretar e de fazer valer a lei (Derrida, 2001, p. 12).

Todas essas abordagens exerceram forte impacto sobre a arquivologia, e provocaram uma verdadeira reviravolta nas suas diretrizes práticas e teóricas a partir do aparecimento de uma corrente de pensamento autodesignada "pós-moderna", na década de 1990. O adjetivo pós-moderno, empregado pelos teóricos filiados a esse movimento, procurava situá-lo no ambiente mais amplo das viradas reflexivas que acompanhavam, por essa época, a antropologia pós-colonial, a nova história cultural, a museologia crítica, entre outras tendências. De um lado, diálogos com a antropologia, a filosofia e a História contribuíram para que se instalasse na área um interesse predominante sobre a dimensão de poder que atravessa os atos de registro e preservação. De outra parte, as áreas de tecnologia e informação ofereciam ferramentas úteis aos desafios da gestão, preservação, ordenamento e autenticação dos arquivos nato-digitais. Na confluência desses encontros, a disciplina arquivística assumiu seu caráter de ciência aplicada e interdisciplinar, característica que marcou sua maioria acadêmica, alcançada nos anos 2000. Desde ali, fora dos limites da arquivologia, historiadores, antropólogos, psicanalistas e outros profissionais passaram a se referir generalizadamente ao "arquivo", na esteira das reflexões dos filósofos, mas estendendo a categoria à análise de fenômenos comparáveis aos arquivos, quer em função de suas propriedades epistêmicas, quer de seus efeitos legitimadores sobre as interpretações do passado e do presente. Enquanto isso, entre os arquivistas, o fim da guerra fria, das ditaduras na América Latina e a queda do império soviético estimularam o interesse por documentações com forte apelo político e social. Neste âmbito, além das análises que abordavam o tratamento enviesado, conferido por guardiães oficiais de regimes de força a arquivos provenientes de práticas políticas opressivas (Gilliland, 2019, p. 33), desenvolveram-se projetos transformadores, tanto dos

arquivos como das realidades sociais, ao subverter as hierarquias que separam escrita e oralidade atuando em cooperação com entidades representativas de grupos minoritários.

É o caso do projeto Trust and Technology, resultante de uma parceria entre a Universidade de Monash, o Departamento de Registros Públicos de Victoria e organizações representativas de arquivistas australianos e grupos indígenas Koorie. No âmbito desse projeto, uma seção da Sociedade Australiana de Arquivistas denominada Indigenous Special Interest Group desenvolveu o Sistema de Arquivamento Koorie, que possibilita incorporar entrevistas realizadas com as populações objetivadas nos documentos de arquivo para fins de reparação das ausências, invisibilidades e distorções produzidas pelos documentos remanescentes do regime colonial e pós-colonial repressivo. Entre 1910 e 1970, cerca de 50 mil crianças Koorie foram roubadas de suas famílias pelos governos estaduais australianos, que nomeavam esses sequestros como “remoção” de crianças ou “proteção infantil” (McKemmish, 2013, p. 36). Através de tecnologias digitais e de um espaço virtual compartilhado entre os Koorie e o Departamento de Registros Públicos de Victoria, a Koorie Heritage Trust In., o Arquivo Nacional da Austrália e comunidades Koorie, os povos indígenas que vivenciaram essas ações como “roubos de crianças” puderam exercer seu direito de conhecer e corrigir as informações produzidas sobre indivíduos Koorie, acrescentando suas versões orais aos registros mantidos em arquivos públicos e outras instituições.

Como desdobramento teórico dessa disposição que poderíamos chamar, sem exagero, libertária, nos últimos anos, matrizes críticas tributárias da arquivística pós-moderna têm se desdobrado em abordagens de construção de acervos que vão desde pesquisa-ação e análise do discurso até teorias fundamentadas sobre descolonização, pós-colonialismo, feminismo, teoria queer, teoria crítica da raça e desconstrucionismo (Caswell, 2021). Esse realinhamento foi demarcado em uma das revistas da área, por um dossiê dedicado ao tema dos “estudos arquivísticos críticos”. Tais estudos constituem uma espécie de atualização pragmática das exortações teóricas dos pós-modernos. No texto de abertura os organizadores definem os termos em que essa “crítica” é exercida por uma arquivologia aplicada. Em acordo com as formulações de Max Horkheimer, sugerem uma linha de investigação humanista, ao mesmo tempo explanatória e normativa, que visa ao diagnóstico “do que há de errado na sociedade”, com o objetivo de corrigir esses erros (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017, p. 2). Nessa margem de ação orientada à produção de contra-memórias reside a extensão polissêmica dos arquivos, o espaço que se abre na atualidade entre os usos imediatos e contra-hegemônicos dos documentos que servem à pesquisa.

Para concluir sem encerrar

Com suas taxonomias, classificações e ordenamentos, os acervos documentais fundam um corpus discursivo onde se inscrevem a contrapelo as formas socialmente convencionadas de relacionamento das sociedades com o tempo e a manutenção de registros. Remetendo ao caráter coletivo, estruturado e politicamente orientado da transmissão cultural, as fontes de que se valem os historiadores mantêm uma conexão lógica e empírica com a ordem social, na medida em que tomam parte de sistemas de trocas por meio das quais se constroem e atualizam versões sobre o passado e a identidade dos grupos.

Se os arquivos constituem, na concepção foucaultiana, um sistema que regula e revela, mas também interdita, oculta e silencia, entre outras coisas, os investimentos de que eles próprios resultam (Heymann, 2012, p. 23), a história oral torna-se uma

ferramenta útil para cobrir essa lacuna de informações sobre os processos que presidem à criação de arquivos, bem como às reconfigurações e esquemas ordenadores aos quais as próprias narrativas orais são submetidas ao ingressar neles. A atenção a essa complementaridade permite retomar a questão da relação com as fontes de outro ângulo. Sem perder de vista a dimensão de poder como elemento instituidor dos arquivos – dimensão que tanto pode abarcar documentos herdados, como aqueles produzidos intencionalmente pelos pesquisadores e pessoas entrevistadas – deve-se incorporar ao sentido estratégico tomado pela produção, salvaguarda e transmissão documental o seu poder evocador (da memória) e performativo (da história). Desse modo, talvez seja possível restabelecer os parâmetros de uma abordagem necessária a qualquer reconstrução do passado, tributária que é da mediação exercida pelos documentos: o desafio de uma crítica documental sustentada na autorreflexividade da leitura e da escuta, em suma, da interpretação que fazemos das fontes.

Referências

- Alberti, Verena. O que documenta a fonte oral: a ação da memória. In: ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004b. p. 33-43.
- Artières, Philippe. Espaces d'archives. **Sociétés et Représentations**, Paris, p. 5-11, 2005.
- Assmann, Aleida. History, Memory and the Genre of Testimony. **Poetics Today**, v. 27, n. 2, p. 261-73, 2006.
- _____. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- _____. To Remember or to Forget: Which Way Out of a Shared History of Violence? In: Assmann, Aleida; Shortt, Linda. **Memory and Political Change**. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2012, p. 53-71.
- Bourdieu, Pierre. A ilusão biográfica. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-91.
- Camargo, Ana Maria de Almeida. Os arquivos e o acesso à verdade. In: Santos, Cecília MacDowell; Telles, Edson; Teles, Janaína de Almeida (org.). **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil, v. II**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 424-43.
- Caswell, Michelle. **Urgent Archives: Enacting Liberatory Memory Work**. New York: Routledge, 2021.
- Caswell, Michelle; Punzalan, Ricardo; T-Kay, Sangwand. Critical Archival Studies: An Introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, v. 1, n. 2, 2017.
- Chagas, M.; Gouveia, I. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação) **Cadernos do CEOM**, Chapecó, n. 41, p. 9-22, 2014.
- Certeau, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 65-119.
- Chartier, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- Derrida, Jacques. **Mal de arquivo: uma impressão freudiana**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

- Dewdney, Andrew; Dibosa, David; Walsh, Victoria. **Post Critical Museology: Theory and Practice in the Art Museum**. New York: Routledge, 2013.
- Erlil, Astrid. **Memoria colectiva y culturas del recuerdo: estudio introductorio**. Bogotá: Ediciones Uniandes, 2012.
- Farge, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- Ferreira, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-32, 2002.
- Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína. Apresentação. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 6-25.
- Foucault, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- Gensburger, Sarah; Lavabre, Maria-Claire. Entre “devoir de mémoire” et “abus de mémoire”: la sociologie de la a mémoire comme tierce position. In: Müller, Bertrand (dir.). **Histoire, mémoire et épistémologie: a propos de Paul Ricoeur**. Lausanne: Payot, 2005. p. 76-95.
- Gensburger, Sarah. Réflexion sur l’institutionnalisation Récente des memory studies. *Revue de synthèse*, n. 3, p. 411-433, 2011.
- Gilliland, Anne. Tradições arquivísticas e de preservação de documentos no multiverso e sua importância para situações de pesquisa e situar pesquisas. In: Gilliland, Anne J.; McKemmish, Sue; Law, Andrew J. (org.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9 Bravos, 2019. p. 23-64.
- Gomes, Angela de Castro. Associação Brasileira de História Oral, 20 anos depois: o que somos? O que queremos ser? **História Oral**, v. 17, n. 1, p. 163-92, 2014.
- Heymann, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2012.
- Heymann, Luciana. Arquivos Pessoais em Perspectiva Etnográfica. In: Heymann, Luciana; Travancas, Isabel; Rouchou, Joelle (org.). **Arquivos pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p 67-76.
- Honorato, Cayo. A museologia pós-crítica segundo os Tate Encounters. **Museion**, n. 33, p. 93-107, 2019.
- Karp, Ivan; Kratz, Corinne A.; Szwaja, Lynn; Ybarra-Frausto, Tomás (ed.). **Museum Frictions: Public Cultures / Global Transformations**. Durham, NC / London: Duke University Press, 2006.
- Ketelaar, Eric. Tacit Narratives: The Meanings of Archives. **Archival Science**, v. 1, p. 131-41, 2001.
- _____. (Des)construir o arquivo. In: Heymann, Luciana; Nedel, Letícia (org.). **Pensar os arquivos: uma antologia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. p. 193-206.
- _____. As viradas e as voltas arquivísticas: estudos sobre arquivos. In: Gilliland, Anne J.; McKemmish, Sue; Law, Andrew J. (org.). **Pesquisa no multiverso arquivístico**. Salvador: 9 Bravos, 2019. p. 219-61.
- Le Goff, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

McKemmish, Sue. Provas de mim... Novas considerações. In: Heymann, Luciana Q.; Travancas, Isabel; Rouchou, Joelle (org.). **Arquivos pessoais: reflexões disciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 17-43.

Pollak, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-15, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p.3-15.

Portelli, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Queralt, Lluís Ubeda. El Tratamiento Archivístico y Documental de las Fuentes Orales. **História Oral**, n. 7, p. 77-91, 2004.

Ricoeur, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Rousso, Henry. Rumo a uma globalização da memória. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 1, p. 265-79, 2014.

Schwartz, Joan M.; Cook, Terry. Arquivos, documentos e poder: a construção da memória moderna. **Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**, v. 3, n. 3, p. 18-33, 2004.

Sodaro, Amy. **Exhibiting Atrocity. Memorial Museums and the Politics of Past Violence**. London, Rutgers University Press, 2018.

Stoler, Ann Laura. Colonial Archives and the Arts of Governance. **Archival Science**, n. 2, p. 87-109, 2002.

